instituto
PACS
POLÍTICAS ALTERNATIVAS
PARA O CONE SUL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

Sandra Quintela Maria Lopes
Presidenta

Miguel Borba de Sá
Vice-presidente

Terezinha Pimenta
Diretora-financeira

CONSELHO FISCAL

Karina Kato
Lycia Ribeiro
Rosilene Wansetto

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Cláudio Nascimento
José Drummond Saraiva
Israel Segal Cuperstein

SÓCIOS

Ana Cândida da Silva Gomes
Ana Garcia
Ana Santos
Anazir Maria de Oliveira
Bernadete Montesano
Claudemar Mattos
Emilia Jomalinis
Francisca de Oliveira
Francisco Soriano de Souza Nunes
Gizele Martins
Iara Moura
Isabel Mansur
Julia Bustamante
Karina Kato
Luana Carvalho
Luiz Antunes
Marcos Albuquerque
Marcos Arruda
Marina Praça
Marina Ribeiro
Mônica Francisco
Padre Dário Bossi
Pedro D´Andrea
Pedro Vasques
Rafaela Dornelas
Rita Maria Barbosa
Sandra Carvalho
Saney Souza

COLETIVO DE GESTÃO
Aline Lima
Ana Luisa Queiroz
Geane Tacchi

COORDENAÇÃO GERAL
Aline Lima

COORDENAÇÃO DE PROJETOS
Ana Luisa Queiroz
Yasmin Bitencourt

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA
Geane Tacchi

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
Mylena Melo

ASSESSORAS DE PROJETOS (EQUIPE POLÍTICO-PEDAGÓGICA)
Carmen Castro
Mayã Martins Correia
Thais Matos

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Augusto César

ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO
Laís Barreto

FORMAÇÃO DA EQUIPE

Aline Alves de Lima
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-graduada em Terapia através do movimento: corpo e subjetivação, educadora popular, atriz e especialista em elaboração e gestão de projetos sociais.

Ana Luisa Queiroz
Pesquisadora, educadora popular, feminista e mestra em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Augusto César
Assistente administrativo financeiro, com vinte anos de experiência em organizações da sociedade civil.

Carmen Castro
Socióloga, doutorado em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ, professora e pesquisadora nas áreas de sociologia agrária e urbana, movimentos sociais, comunidades tradicionais.

Geane Tacchi
Graduada em Letras pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), pós-graduada em Marketing pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e pós-graduada em MBA Executivo em administração financeira (Unyleya).

Laís Barreto
Graduanda em Relações Públicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Mayã Martins Correia
Mestra em Antropologia e doutoranda em integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP); graduada em Ciências Sociais pela UFRJ e graduada em Direito pela UFF; circense, educadora popular e pesquisadora.

Mylena Melo
Comunicadora graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e formada no Curso de Comunicação Popular Vito Giannotti, do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC).

Thais Matos
Mulher de axé, educadora e ativista pelo direito a memória e a justiça socioambiental nos territórios negros e periféricos. Geógrafa, mestra em ordenamento territorial e ambiental (PPGEO/UFF) e especialista em História da África e diáspora atlântica pelo Instituto Pretos Novos.

Yasmin Bitencourt Andrade da Silva
Educadora popular, feminista e pesquisadora graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

SUMÁRIO

1. QUEM SOMOS **7**

1.1 NOSSA HISTÓRIA **8**

1.2 COM QUEM CAMINHAMOS **10**

1.3 QUEM SOMOS **14**

1.4 NOSSAS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS **14**

1.5 COMO ATUAMOS **18**

2. CONTEXTO DA ATUAÇÃO EM 2025 ..... **20**

3. EIXOS DE TRABALHO **24**

3.1 CRÍTICAS E ALTERNATIVAS AO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO **25**

3.2 MULHERES, ECONOMIA E LUTA PELO COMUM **26**

3.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL **27**

4. ATIVIDADES PERMANENTES **30**

4.1 ARTICULAÇÕES, PARCERIAS E REDES **34**

4.2 INCIDÊNCIA POLÍTICA **40**

4.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL **43**

4.4 COMUNICAÇÃO **45**

5. ATIVIDADES EXTERNAS **57**

6. PERSPECTIVAS PARA 2026 ..... **75**

QUEM SOMOS

1. QUEM SOMOS

1.1 NOSSA HISTÓRIA

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) é uma organização da sociedade civil fundada em 1986, por economistas latino-americanos que voltavam do exílio após mais de uma década de ditaduras empresariais-militares. O Instituto nasce em meio ao período de construção de uma constituição que visava o aprofundamento da democracia e participação política e que se coloca, desde então, a serviço dos movimentos sociais e colaborando na produção crítica de pesquisas e no desenvolvimento de trabalhos práticos que se opunham à força do neoliberalismo. O trabalho realizado aporta, principalmente, no debate sobre "modelos de desenvolvimento" e aponta para a necessidade de construção de políticas socioeconômicas alternativas à lógica do capitalismo.

É uma instituição que, há mais de 30 anos, se assume e se soma na luta anticapitalista com uma importante identidade latino-americana, tornando-se pioneira e árdua defensora na luta pela integração dos povos. Considera que a vida sempre esteve acima do lucro, e a utopia, além de ser sonhada, precisa ser cotidianamente construída. O PACS trabalhou e trabalha, portanto, com o intuito de colaborar na construção de um mundo de justiça social, ambiental e política, onde trabalhadoras e trabalhadores, indivíduos e coletividades, livres das amarras das opressões, sejam capazes de enfrentar e superar as ameaças socioeconômicas e ambientais, bem como garantir, com seu trabalho emancipado, de forma solidária e autogestionária, o desenvolvimento dos seus atributos criativos e de uma nova sociedade.

A aposta para a construção desse mundo sempre esteve na valorização do trabalho coletivo, com uma metodologia ancorada na Educação Popular e na ideia fundamen-

-tal de que “a economia é muito séria para estar na mão de economistas”, com a intenção de colocar a economia a serviço dos setores populares da sociedade e apostando no fortalecimento local de grupos e intercâmbio de processos regionais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, torna-se um dos fundadores dos movimentos de comércio justo e de economia solidária no Brasil. Além disso, cria junto a organizações parceiras a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), a Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais (RBIFM), as Redes Jubileu Sul Brasil e Jubileo Sur Américas, a Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale e, posteriormente, vai ampliando suas ações junto a construção de outras redes internacionais, nacionais e locais.

Tem como missão colaborar no fortalecimento das coletividades nas dimensões local, nacional e internacional, por meio da organização e Educação Popular, da pesquisa, da crítica e da incidência, na busca pela construção cotidiana de práticas e estratégias políticas que viabilizem relações emancipadoras. Na atuação com os grupos e movimentos sociais, o PACS reconhece, há mais de 30 anos, o protagonismo das mulheres nas organizações territoriais e na sociedade. Desde o início dos anos 2000, atua nas especificidades das experiências e das lutas das mulheres, realizando processos de formação em economia política feminista e debates sobre o papel da mulher na sociedade. Além disso, há mais de 10 anos, acompanha e apoia a construção de coletivos e grupos de mulheres em territórios periféricos do Rio de Janeiro e do Brasil.

Desta forma, a instituição busca transformar caminhos, sem, no entanto, mudar o horizonte que tem construído em sua história, fortalecendo processos e ações por justiça econômica, social e ambiental através de uma perspectiva latino-americana e sul global, antirracista e antipatriarcal. Além disso, busca incidir de forma crítica no debate público acerca do modelo de desenvolvimento hegemônico, desde os territórios e das lutas das mulheres.

Em 2016, no marco de seus 30 anos de história, o Instituto PACS consolidou memórias de suas lutas, resistências e conquistas em uma linha do tempo, que pode ser encontrada no site comemorativo 30anos.PACS.org.br. Acesse e saiba mais sobre essa trajetória. Veja também nosso vídeo institucional.

1.2 COM QUEM CAMINHAMOS

Nós, do Instituto PACS, acreditamos que a organização dos indivíduos em coletivo é um potente caminho para a transformação social. Consideramos o afeto, as relações de confiança e o cuidado como base do trabalho e de nossas relações. Partimos da premissa de que é preciso escutar e aprender com as pessoas e seus territórios, respeitando suas formas de vida e de resistência. E defendemos, ainda, que as dimensões micro (territorial) e macro (global) são dimensões de um todo. Com um olhar desde as resistências locais e compreendendo as dinâmicas globais, temos uma visão ampliada do capitalismo, que nos permite atuar na transformação das estruturas do sistema.

Sendo assim, somamo-nos ao caminhar de coletivas (os), grupos, organizações e movimentos em diversos níveis e espaços. Dentre eles: atingidos e atingidas pelo modelo de desenvolvimento, movimentos agroecológicos do campo e da cidade, comunidades resistentes à mineração e à siderurgia, coletivos de favelas e periferias, coletivas auto-organizadas de mulheres, coletivas de combate aos fundamentalismos, articulações e redes.

Em relação aos grupos locais, citamos a **Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), Coletiva de Mulheres do Complexo da Penha, Juventude Agroecológica do Bosque das Caboclas, Coletiva de Mulheres do Bosque das Caboclas, Associação de Agricul-**

-tores de Vargem Grande, Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), Coletivo Martha Trindade (CMT), Teia de Solidariedade da Zona Oeste, Jardim das Ervas Sagradas, Coletiva Hortelã, Coletivo de Moradores da Reta João XXIII, em resistência à siderúrgica Ternium Brasil, dentre outros.

Em âmbito estadual (RJ), nossos campos de atuação e de impacto se dão em confluência com movimentos sociais, coletividades e organizações como a **Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), o Núcleo Rio do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Associação Mulheres Sementes da Terra, Fórum de Comunidades Tradicionais**, e também junto aos Mandatos e Frentes Parlamentares do campo político progressista que tenham compromisso com as temáticas trabalhadas, tais como soberania alimentar, agroecologia, meio ambiente, direitos humanos, megaprojetos, dentre outros.

Em nível nacional, a partir da proposta de ampliação de debates e de atuação em consonância com outras organizações, movimentos e redes, podemos citar: **Coletivo Autogestão (Brasil), MTST - Pernambuco, Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento pela Soberania Popular da Mineração (MAM), Fórum de Mulheres de Pernambuco, Instituto Terramar, Associação Justiça nos Trilhos, Casa da Mulher do Nordeste, Sítio Ágatha, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, Rede Jubileu Sul Brasil, Plataforma Dhesca, Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Rede Diálogos em Humanidades, Espaço Socioambiental Fórum Suape, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Rede Tumulto, Coletivo Pão e Tinta, Todas para o Mar (TPM), Coalizão de Mídias, Teia dos Povos, Coletivo Etinerâncias, AUÊ! Estudos**

em agricultura urbana, Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango (MG), Núcleo de Ação e Resistência Quilombola de Campina Vila União (PA), Coletiva Cabras (PE), Associação de Agricultores do Complexo da Ilha (PE), Koinonia - Presença Ecumênica, Axé Abassá de Ogum (BA), Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCPJO - MG), dentre outros.

Em nível latino-americano e internacional, citamos movimentos, organizações e redes como: **Movimiento por el Água y los Territórios (MAT), do Chile; Colectivo Casa, da Bolívia; Centro da Mulher Peruana Flora Tristán e Grufides, do Peru; Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC) e Tsikini, do México; Due Process of Law Foundation, dos EUA; Grupo Feminista Mulheres de Lima; Rede Jubileu Sul Américas; Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV); Fair Steel Coalition (Coalizão pelo Aço Justo); Green Advocates, da Libéria; Grupo de Mulheres de Partilha de Ideais de Sofala, de Moçambique; União de Trabalhadores da Terra (UTT), da Argentina; Fundação Rosa Luxemburgo, da Argentina; EarthRights International; Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de los Derechos Ambientales y Sociales**, entre outras.

Por fim, além desses espaços de diálogos, articulações e redes, o PACS constrói parcerias e ações junto a professores, grupos e núcleos de pesquisa, e práticas de extensão dentro das universidades, escolas, cursinhos pré-vestibular e outros espaços educativos formais e informais.

PACS e organizações parceiras na Cúpula dos Povos

Lançamento do livro “Esquecer? Nunca Mais! – A saga de meu filho Marcos Arruda” no Rio de Janeiro

PACS, Roda de Mulheres da Rede CAU e GT Mulheres da AARJ, em ato do Dia Internacional da Mulher

PACS e Coalizão pelo Aço Justo, em Fórum Regional da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos

Intercâmbio na Argentina, em parceria com o Serviço Evangélico de Diaconía e a Fundação Hora de Obrar

2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)

1.3 QUEM SOMOS

Somos uma equipe multidisciplinar de maioria de mulheres, formada por educadoras (es) populares, comunicadoras(es), cientistas sociais, internacionalistas, biólogas(os), psicólogas(os), economistas, geógrafas(os), pesquisadoras(es), administradoras(es) e militantes. Junto às coletividades auto-organizadas e outras parceiras, partimos, desde os territórios, do debate crítico ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, na direção do fortalecimento de alternativas de justiça econômica, social e ambiental.

Atuamos em diferentes escalas na cidade e no estado do Rio de Janeiro – em especial na Zona Oeste da capital –, e em parcerias em outras partes do país, sobretudo no Norte, Nordeste e Sudeste brasileiro e no âmbito da América Latina e do Sul Global. Destacamos aqui nosso trabalho, luta e compromisso junto às mulheres; moradores(as) de favelas e periferias; atingidos(as) pelos impactos dos megaprojetos, da atuação de empresas transnacionais, das instituições financeiras multilaterais e da militarização; às populações negra, indígena e quilombola e às comunidades tradicionais do campo, da floresta, das águas e da cidade.

Equipe do PACS, em atividade de Planejamento Estratégico

1.4 NOSSAS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

Colaboramos no fortalecimento dos sujeitos sociais nas dimensões local, nacional e internacional, por meio da educação e organização popular, da pesquisa, da assessoria a coletivos, movimentos e organizações, da crítica e da incidência. Buscamos a construção cotidiana de práticas e políticas alternativas que viabilizem relações emancipadoras. A ação do Instituto PACS consiste em oferecer apoio no processo de organização autônoma dos atores sociais para que estes se tornem sujeitos plenos, emancipados, conscientes e soberanos frente ao desenvolvimento de si mesmos e de seus territórios.

Nossa prática pedagógica se constrói a partir dos princípios da Educação Popular e da Economia do Amor, dialogados e reinventados ao longo dos anos de lutas políticas e metodológicas protagonizadas por mulheres, negras e negros, comunidades tradicionais, militantes populares, movimentos sociais, sindicatos, redes e organizações parceiras. Assim, ela é fruto de processos que incorporam diversas práticas cotidianas de resistência, reflexões políticas insurgentes, espiritualidades, artes e o que mais emerge dos territórios de resistência e vida do Brasil, América Latina e do Sul Global.

Este acúmulo vem da práxis das educadoras populares a partir da Economia Feminista, de pesquisadores(as) e educadores(as) críticos ao modelo hegemônico, dos pés na terra dos territórios de agroecologia, dos chãos dos pré-vestibulares populares, dos quintais cultivados e das associações de moradores, das fábricas e sindicatos, dentre outros espaços. Construímos, assim, uma educação popular que é potente à medida que se nutre da diversidade de vozes, corpos e práticas políticas.

Dessa forma, o PACS caminha firme para não distanciar reflexões e práticas políticas,

a fim de trazer organicamente a coletividade, a coerência, a crítica, o trabalho como princípios formativos, a escuta, o (auto)cuidado, a participação popular, a construção coletiva de conhecimento, as histórias de vida e memórias, os diálogos de saberes, a autogestão, os feminismos enquanto métodos de luta, e tantos outros caminhos que buscam a justiça, a igualdade, o bem-viver e a luta pelo que é comum, de todos, em uma relação indissociável entre os direitos dos povos e os direitos da natureza. Tudo isso amparado em relações baseadas no afeto e na construção de confiança, por meio de laços de companheirismo, parceria e amizade.

Para entender melhor sobre nossas práticas, acesse:

- As publicações sobre o Curso "Mulheres e Economia", com destaque para o vídeo **"Mulheres e o Mundo do Trabalho"**;
- A série "Semeando Socioeconomia" – com destaque para o número 12: **"Economia política nas mãos das mulheres: uma experiência de educação popular"**;
- O livro **"Educação para uma Economia do Amor"**;
- A Cartografia Feminista do processo Militância Investigativa (Militiva): **"Enfrentamento aos Racismos pelos Olhares das Mulheres"**;
- A edição do Massa Crítica: **"A terra ensina a gente a se defender e a vida insiste em viver"**;
- A edição do Massa Crítica: **"Das verdades únicas às pontes inter religiosas: considerações sobre os fundamentalismos, o racismo e as resistências no Brasil"**.
- A publicação: **"Rotas do Minério de Ferro: impactos, violações de direitos e resistências populares"**, construída pelo PACS em parceria com o grupo PoEMAS;
- A publicação **"Teias de Luta: Narrativas feministas em resistência aos megaprojetos"**.
- A série de vídeos **"Afinal, o Feminismo é Contra o Quê?"**, da campanha "Mulheres Territórios de Luta";
- A publicação **"Onde moram nossas lutas: 10 anos de metodologias autogestionárias nos territórios"**.

Reunião da Roda de Mulheres da Rede CAU, na sede do PACS

Marcha Nacional das Mulheres Negras

PACS e organizações parceiras na Cúpula dos Povos

Encuentro Cambiando Narrativas para Financiar Futuros Feministas

Edição de 15 anos do Tira Caqui

Curso de Política Internacional para Movimentos Sociais

1.5 COMO ATUAMOS

MISSÃO

Promover construções coletivas, alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista, em defesa da justiça de gênero, racial, econômica, ambiental e climática, a partir da educação e organização popular, pesquisa, incidência e comunicação.

VISÃO

Um mundo de laços solidários fortes e de manejo saudável dos bens comuns e naturais, onde o cuidado integral oriente as relações humanas e de produção, valorizando a diversidade dos modos de vida e garantindo a democracia, a soberania e segurança alimentar e o bem-viver.

OBJETIVO GERAL

Fortalecer processos e ações por justiça econômica, social e ambiental através de uma perspectiva latino-americana e incidir de forma crítica no debate público acerca do modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, desde os territórios e da luta das mulheres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fortalecer movimentos, redes, organizações, coletivos e grupos populares, principalmente da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, fortalecidos em seu compromisso com a radicalização da democracia econômica, política e social e com a construção de políticas e ações coletivas, que visem superar o modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal;

2. Fomentar narrativas críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, em consonância com os campos de atuação e articulação do Instituto PACS;

3. Estimular grupos de mulheres fortalecidos, sobretudo em sua autonomia, organização e luta por direitos, para a incidência sobre centros de poder relacionados, principalmente, às temáticas dos conflitos socioambientais, agroecologia, da militarização da vida e da economia política feminista;

4. Estabelecer o Instituto PACS como uma referência no debate público em escala nacional e latino-americana, sobretudo acerca da crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal e das estratégias políticas, a partir dos saberes e práticas territoriais;

5. Impulsionar iniciativas e denúncias produzidas e visibilizadas junto aos territórios atingidos por megaprojetos e empresas nacionais e transnacionais, fortalecendo movimentos de luta por justiça socioambiental, principalmente em áreas impactadas pela cadeia minero-siderúrgica;

6. Fortalecer coletividades no debate e na luta pelo direito à moradia, terra e território, desde práticas populares insurgentes e tradicionais;

7. Promover iniciativas econômicas coletivas fortalecidas na luta pela defesa dos territórios, da soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como da autonomia dos grupos, redes e organizações populares.

CONTEXTO DA ATUAÇÃO EM 2025

2. CONTEXTO DA ATUAÇÃO EM 2025

Em 2025, o governo brasileiro, sob a presidência de Lula, deu continuidade a iniciativas e políticas que têm se retomado desde o início do mandato, iniciado em 2023. Após aumentar o salário mínimo em 2023, o Governo reajustou o valor para 2025 com novo limite de ganho real, com aprovação em 2024 de uma política de valorização do salário mínimo. Destaca-se que um conjunto de políticas federais – como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – apoiou a saída de 24,4 milhões de pessoas do Mapa da Fome ao longo dos anos de 2023 e 2024. Ademais, medidas destinadas às populações quilombola e indígena foram implementadas, com a homologação de 13 Terras Indígenas nesses dois anos de Governo e 31 decretos aprovados em 2024 para a garantia da titulação de terras de comunidades quilombolas.

Apesar de tais medidas, os povos e comunidades tradicionais permanecem sendo alvo constante de ataques. Tal contexto de ataques está entrelaçado profundamente aos conflitos socioambientais vividos no país, com escolha governamental por incentivo financeiro e tributário aos megaprojetos e ao agronegócio, os quais avançam de modo voraz contra os territórios. A agenda do Brasil na 19ª Cúpula de Líderes do G20, sediada em novembro de 2024 na cidade do Rio de Janeiro, explicita contradições entre as alegadas preocupações com as mudanças climáticas, expostas no encontro, e o que tem sido incentivado no país, a exemplo do orçamento bilionário da política “Nova Indústria Brasil” e das projeções governamentais de estímulo ao agronegócio.

As investidas contra as populações tradicionais se observam, igualmente, na ofensiva de fundamentalistas contra povos de terreiro e as populações quilombola, indígena e cigana no Brasil.

Esse cenário atroz é histórico, com dados de 2022 apresentando que 78,4% das mães e dos pais de santo afirmam ter sido alvos de violência e 91,76% declaram já ter ouvido algum tipo de preconceito contra suas religiosidades. Dados do serviço governamental "Disque 100" divulgados em 21 de janeiro de 2025, Dia do Combate à Intolerância Religiosa, mostram a ampliação progressiva dos registros de denúncias sobre essa forma de intolerância, sobretudo após 2021, com o registro de 2.472 denúncias no ano de 2024, uma alta de 66,8% em relação a 2023. Houve o crescimento de 323,29% das denúncias entre 2021 e 2024, sendo a maioria das vítimas composta por mulheres. O PACS tem acompanhado de modo próximo essa conjuntura com a Caravana Contra os Racismos Religiosos, apoiando, junto a outras frentes de trabalho do instituto, alternativas que são construídas em oposição ao desenvolvimento hegemônico.

Notamos que, ao longo dos anos de execução dos projetos, o contexto brasileiro viveu altos e baixos — mesmo sob o governo de Lula, que não representa uma superação do cenário atroz vivido nos quatro anos anteriores. A disputa no campo sociopolítico brasileiro é intensa e cotidiana, traduzindo-se, tantas vezes, no assassinato de lideranças em decorrência de conflitos socioambientais, atravessados pelo racismo e pela militarização da vida.

As mulheres, especialmente aquelas que vivem e resistem em territórios ameaçados por megaprojetos, são protagonistas na defesa de suas comunidades e da natureza. Reconhecendo essa centralidade, o projeto "Mulheres em Resistência – Rede Nacional contra Megaprojetos, Fundamentalismos e Extrema Direita" busca fortalecer a articulação de mulheres defensoras, ampliando sua capacidade de ação coletiva no Brasil e em diálogo com a América Latina.

O PACS segue sua atuação, com foco nas análises e estratégias construídas coletivamente: no combate à insegurança alimentar a partir da construção da agroecologia e agricultura urbana; na formação em economia política feminista e apoio à auto-organização de mulheres periféricas e negras, em sua maioria; na crítica e resistência territorial aos megaprojetos de desenvolvimento, suas estruturas corporativas violadoras de direitos e os impactos socioambientais, somada a ênfase sob a estrutura patriarcal e racista desses grandes empreendimentos; no apoio à autogestão e às alternativas territoriais no âmbito da luta por moradia, cultura popular e o bem-viver; no trabalho direcionado a dar visibilidade e fortalecer as resistências coletivas aos fundamentalismos religiosos e aos impactos na vida das mulheres; e na perspectiva do fortalecimento das democracias no Brasil e na América Latina, a partir do debate da economia política, justiça socioambiental e direito à vida.

EIXOS DE TRABALHO

3. EIXOS DE TRABALHO

3.1 CRÍTICAS E ALTERNATIVAS AO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A crítica às arquiteturas financeiras globais e à forma como se organizam as instituições que dão sustentação ao capitalismo é uma marca do trabalho do Instituto PACS desde a sua fundação, há mais de 30 anos. Nesse âmbito, nos dedicamos ao monitoramento, análise e atuação política em torno dos tratados, acordos comerciais e conformações legais do mercado, os quais, na prática, resultam no aprofundamento do fenômeno da financeirização dos bens comuns e da vida. No campo das alternativas, temos encontrado em experiências latino-americanas, populares, solidárias, antipatriarcais e antirracistas, bases concretas para nossa crítica às corporações transnacionais e aos governos, sobretudo, aqueles diretamente responsáveis pelos chamados megaprojetos de "desenvolvimento" (que envolvem empresas extrativistas, grandes obras de infraestrutura, megaeventos esportivos, agronegócio entre outros).

As principais ações desta linha programática consistem em rastrear e denunciar vínculos entre megaprojetos, corporações e Estados. A partir do estabelecimento de tais conexões, procuramos trabalhar em processos de formação e ação política, apoiando e/ou integrando organizações de territórios a redes locais, nacionais e internacionais, junto à atingidas e atingidos pelos megaempreendimentos, com vistas a potencializar a capacidade de pressão política de grupos populares sobre as companhias, seus respectivos investidores e governos implicados.

Sendo assim, este eixo de trabalho possui, então, quatro temas prioritários:

1) Empresas transnacionais, impactos socioambientais e relações com o Estado;

2) Megaprojetos de desenvolvimento, patriarcado, racismo ambiental e impactos sobre os territórios;

3) Concentração de Riqueza, integração regional e Economia política internacional; e
4) Dívida.

Sobre esse eixo de trabalho, indicamos que acesse:

- as páginas na internet da **Rede Jubileu Sul Brasil e Américas**, rede da qual o PACS é membro fundador, além da **Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale**;
- as páginas informativas sobre a **Campanha #PareTernium, "Violações na Siderurgia"** e, **"Empresas e Direitos Humanos"**, além de todas as publicações em nossa **Biblioteca Berta Cáceres**, referentes às categorias "Dívida", "Economia" e à Ternium Brasil, antiga ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA, bem como aquelas que fazem parte da série "Semeando Socioeconomia".

3.2 MULHERES, ECONOMIA E LUTA PELO COMUM

Produzimos e analisamos experiências a partir das reflexões da Economia Política Feminista, isto é, partindo da crítica às relações entre economia, poder político e patriarcado. As iniciativas deste eixo são inspiradas pelo feminismo comunitário, cujo projeto se centra na conquista de direitos coletivos e no bem-viver, tendo o território como balizador de identidade e memória comuns.

Comprometida com a criação de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento – machista, racista e capitalista –, esta linha programática é responsável por promover formações, dar apoio às agendas de luta das mulheres, prestar assessoria às experiências agroecológicas solidárias em meio urbano, cons-

-truir processos cartográficos que evidenciem as relações de poder e opressões vividas, além de apoio à mobilização e auto-organização política local.

Sendo assim, este eixo de trabalho possui os seguintes temas prioritários:

1) Feminismo Comunitário, bem-viver e Bens Comuns;

2) Megaprojetos, impactos socioambientais e patriarcado;

3) Agroecologia e Soberania Alimentar;

4) Economia Solidária e Feminista; e

5) Corpos-territórios.

O eixo "Mulheres, Economia e Luta pelo Comum" é, portanto, o reflexo programático da necessidade permanente que o Instituto PACS possui de orientar a sua atuação pela perspectiva das mulheres com forte vínculo territorial e comunitário, na luta pelo comum e a defesa do bem-viver.

Sobre esse eixo de trabalho, indicamos que acesse:

- todos os materiais referentes ao **Curso "Mulheres e Economia";**
- as páginas da **Articulação Nacional e Estadual de Agroecologia;**
- a página da **"Militiva";**
- a série **"Semeando Socioeconomia";**
- e todas as publicações referentes às categorias **"Educação Popular" e "Mulheres"** na **Biblioteca do PACS Berta Cáceres**.

3.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Considerando os desafios históricos de manutenção do trabalho continuado para a atuação de sujeitos políticos frente às desigualdades e em prol de uma sociedade

mais justa e solidária, o fortalecimento institucional constitui-se uma tarefa permanente, tornada, assim, um eixo de trabalho. As iniciativas a ele vinculadas visam garantir condições para a construção de relações institucionais que prezam pela ampliação da autonomia e manutenção dos princípios políticos da organização.

São três os principais temas desta linha programática:

1) Gestão compartilhada;
2) Sustentabilidade e autonomia administrativo-financeira; e
3) Comunicação e Educação Popular.

Como princípio de fortalecimento institucional, o PACS tem a construção de relações horizontalizadas, com protagonismo feminino e partilha de poder. Enfrenta, a partir de tais bases, o desafio de garantir sua sustentabilidade, bem como autonomia financeira e política, diversificando fontes de financiamento e solidariedade, de modo a assegurar a continuidade do trabalho do instituto e das redes nas quais participa.

Sobre esse eixo de trabalho, indicamos que acesse:

- a página **PACS 30 anos;**
- a publicação **"Instituto PACS – 30 anos de construção de críticas e alternativas junto aos povos";**
- o nosso **vídeo institucional**; e
- todos os materiais da **Biblioteca Berta Cáceres** sob a categoria **"Marcos Arruda"** – também recomendamos navegar profundamente por todas as páginas deste site.

14º Encontro Regional de Atingidas e Atingidos pela Mineração (ERAM)

VIII Jornada de Agroecologia da Bahia

Mesa em parceria com a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, sobre movimentos populares e luta ambiental, no Encontro anticapitalista pelo clima e pelo fim dos genocídios

Marcha Nacional das Mulheres Negras

Lançamento do livro “Esquecer? Nunca Mais! – A saga de meu filho Marcos Arruda” em São Paulo

Edição de 15 anos do Tira Caqui

ATIVIDADES PERMANENTES

4. ATIVIDADES PERMANENTES

PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ARTICULAÇÕES E REDES

- AARJ - Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro;
- GT Mulheres da AARJ - Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro;
- GT Mulheres da ANA - Articulação Nacional de Agroecologia;
- Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU);
- Roda de Mulheres da Rede CAU - Rede Carioca de Agricultura Urbana;
- Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e Teia de Solidariedade da Zona Oeste;
- Coletivo Martha Trindade e Coletivo de Moradores de Santa Cruz Atingidos pela Ternium Brasil;
- Articulação Internacional dos Atingidos e das Atingidas pela Vale (AIAAV);
- Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental;
- Rede Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul Américas;
- GT Corporações/ Campanha pelo Desmantelamento do poder Corporativo;
- Coletivo Autogestão do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento;
- Articulação da Caravana Contra os Racismos Religiosos;
- Articulação de Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique;
- Fair Steel Coalition (Coalizão pelo Aço Justo);
- Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos.

INCIDÊNCIA POLÍTICA

- Incidência no campo da Soberania Alimentar, Agricultura Urbana e Agroecologia;
- Grupo Feministas de Lima - Gênero e Fundamentalismos;
- Acompanhamento Jurídico dos impactos socioambientais da Ternium Brasil (antiga TKCSA) em Santa Cruz;
- Articulação com Mandatos municipais, estaduais e federais;
- Incidência no campo dos Megaprojetos, Vale S.A e Impactos diferenciados na vida das mulheres.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Gestão interna;
- Manutenção e Captação de Recursos;
- Diálogo com as agências financiadoras;
- Comunicação.

Jornada de incidência da Coalizão pelo Aço Justo

Encuentro Cambiando Narrativas para Financiar Futuros Feministas

Reunião de balanço e planejamento da coordenação nacional da Rede Jubileu Sul Brasil

2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)

Plebiscito Popular por Um Brasil Mais Justo

Encontro da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos

4.1 ARTICULAÇÕES, PARCERIAS E REDES

As redes e articulações que o Instituto PACS soma forças, assim como as parcerias com organizações territoriais, refletem suas formas de atuação e seus acúmulos históricos em seus respectivos campos de trabalho. Refletem também como se dá esse trabalho, em diferentes escalas (micro-meso-macro), desde o trabalho territorial aos movimentos internacionais, principalmente, latino-americanos.

Ao longo de 2024, destacamos as construções e articulações nos espaços a seguir:

AARJ - Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro reúne movimentos, redes e organizações engajadas em diferentes ações de promoção da Agroecologia e de fortalecimento da produção familiar e camponesa no estado do Rio de Janeiro. Constituindo-se como uma rede da sociedade civil de abrangência estadual, a AARJ vem debatendo sistematicamente questões relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa e à construção de alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, articulando iniciativas inovadoras da sociedade civil à construção de propostas de políticas públicas adaptadas às características ecológicas, econômicas e sociais da produção familiar nas diferentes regiões do estado fluminense. A AARJ viabiliza estes debates por meio de encontros e reuniões sistemáticas entre representantes das articulações regionais existentes no estado do Rio de Janeiro.

GT Mulheres da AARJ

O GT Mulheres foi fundado em 2013 no Encontro Estadual de Agroecologia, com objetivo de ser um espaço de diálogo, fortalecimento e visibilidade do trabalho das mulheres no cenário da Agroecologia e agricultura urbana no Estado do Rio de Janeiro. Conta com a participação de mais de 60 mulheres: agricultoras, técnicas, culinaristas, artesãs, universitárias, sindicalistas, professoras, entre outras.

GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

O GT Mulheres da ANA foi fundado em 2008 em ocasião do II Encontro nacional de Agroecologia, com o intuito de ser um espaço nacional de mulheres agricultoras, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, assentadas da reforma agrária, indígenas em torno do tema da agroecologia como uma aposta contra hegemônica de disputa de sociedade, sobretudo a partir do trabalho das mulheres. O GT se reúne regularmente e hoje está debruçado sobre a construção de um instrumento metodológico de controle de produção e viabilidade econômica, chamado Caderneta Agroecológica, cujo principal objetivo é visibilizar o trabalho das mulheres na Agroecologia, bem como o trabalho reprodutivo.

Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e Roda de Mulheres da Rede CAU

A Rede CAU é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia na cidade. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável e o acesso a políticas públicas específicas para pequenos produtores. Em seu coletivo atuam representantes de diversas organizações populares, instituições de pesquisa e ensino, bem como organizações não governamentais. A Rede CAU é vinculada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e Teia de Solidariedade da Zona Oeste

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste junta mulheres e organizações locais em torno da luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. A partir da experiência de auto-organização do Comitê Popular de Mulheres do estado do Rio de Janeiro, a Coletiva da ZO vem, desde 2014, realizando uma série de intervenções locais: trabalhando a formação feminista nos debates e ações de rua, na luta pelos direitos

a saúde, educação, moradia na Zona Oeste. Incidindo sobre as políticas públicas de saúde, no combate à violência contra as mulheres, entre outras. A Teia de Solidariedade Zona Oeste é uma articulação política que surgiu desde a organização da Coletiva Popular e se ampliou, no contexto da Pandemia. A Teia é composta por Coletivas, Coletivos e Instituições, gestada e gerida por mulheres pretas e periféricas. Visa diminuir a vulnerabilidade das famílias impactadas pela pandemia através da ação emergencial em saúde articulada à luta pela assistência social, a moradia popular e a soberania alimentar como direitos. Atua nos bairros de Campo Grande, Bangu, Santa Cruz, Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Vargens, Quilombo do Camorim, Recreio e Jacarepaguá.

Coletivo Martha Trindade e Coletivo de Moradores de Santa Cruz Atingidos pela Ternium Brasil

O Coletivo Martha Trindade surge do grupo de vigilância popular em saúde em Santa Cruz, composto por jovens que realizaram medições de material particulado no ar nos arredores da siderúrgica – Ternium Brasil - antiga TKCSA. O nome homenageia Dona Martha, liderança do bairro e uma das primeiras moradoras que denunciaram a empresa. Hoje o coletivo atua na mobilização comunitária, sobretudo pela defesa dos direitos socioambientais junto aos seus vizinhos, frente aos impactos da siderurgia na região. O Coletivo de Moradores de Santa Cruz Atingido pela Ternium Brasil reúne pescadores, trabalhadores informais, mulheres chefes de família, jovens, aposentados, dentre outros indivíduos, atingidos e atingidas pela maior siderúrgica da América Latina Ternium Brasil -, que se unem nas denúncias e lutas por reparação em relação aos impactos vivenciados cotidianamente no bairro periférico de Santa Cruz, Rio de Janeiro.

Articulação Internacional dos Atingidos e das Atingidas pela Vale (AIAAV)

Formada por vítimas de danos socioambientais cometidos pela Vale S.A, defensores(as) de direitos humanos, organizações da sociedade civil e movimentos

sociais, a Articulação tem lutado contra as violações de direitos e os impactos socioambientais cometidos pela Vale S.A em diversos estados do Brasil e países do mundo.

Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental – FMCJS – é uma articulação de Entidades, Pastorais e Movimentos Sociais que atuam em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação aos impactos sociais e ambientais das mudanças climáticas. Atua em âmbito nacional e se faz presente nos biomas e territórios por meio das entidades membros e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema por meio de práticas que anunciam e vão construindo sociedades de bem-viver.

Rede Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul Américas

O Instituto PACS é um dos fundadores da rede a nível nacional e latino-americano que se constitui de forma ampla e plural, composta por movimentos sociais, organizações populares, religiosas, políticas e comunitárias na América Latina e Caribe, África, Ásia e o Pacífico. A iniciativa trabalha no desenvolvimento de um movimento global pelo cancelamento e repúdio às dívidas externas e internas, e exigindo a reparação e restituição do imenso dano que provoca aos países endividados e ao desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico deles.

GT Corporações/Campanha Global para Desmantelar o Poder Corporativo

GT Corporações é um grupo de trabalho criado pelo Ministério Público Federal, que congrega organizações não-governamentais, sindicatos, universidades e outros especialistas nos temas relacionados a Empresas e Direitos Humanos. A Campanha Mundial visa denunciar e desfazer as impunidades relacionadas às ações das empresas transnacionais, formada por centenas de redes e movimentos sociais ao redor do mundo.

Coletivo Autogestão do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD)

Formado por 31 grupos auto-organizados, movimentos sociais e coletivos de 7 estados brasileiros que se reúnem há 9 anos para construção do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD), que é um instrumento que visa potencializar, subsidiar, visibilizar e articular alternativas populares e territoriais já existentes. Tais alternativas pautam, de baixo para cima, práticas e visões de mundo desde os seus territórios, arraigadas nas potencialidades de suas formas de vida, relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Articulação da Caravana Contra os Racismos Religiosos

A Caravana Contra os Racismos Religiosos é uma ação coletiva, proposta pelo Instituto PACS, que busca percorrer Territórios de Fé em nosso país, de diversas religiões e religiosidades, com o objetivo de promover encontros e trocas, no sentido do combate às diferentes formas pelas quais se expressa o Racismo Religioso. A Caravana, neste momento, abrange 4 estados: Bahia (BA), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Pernambuco (PE). Nesses estados, estamos em rede com organizações, movimentos sociais e coletividades religiosas de matrizes africanas, indígenas, ciganas e cristãs. Nosso objetivo central é criar esse espaço circular em que possamos construir um mundo em que a nossa fé se encontre na luta contra as inúmeras violências pelas quais passamos. Que as nossas fés não se anulem nem se destruam. Que a perspectiva racista sobre as crenças de cada pessoa ou grupo seja combatida e não nos impeça de respeitar e saudar a diversidade religiosa.

Articulação de Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique

Entre 22 de outubro e 8 de novembro de 2024, uma parceria entre o Instituto PACS, do Brasil, o Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS), de Moçambique, a organização Mwana Pwo, de Angola e a agência Pão Para o Mundo, da Alema-

-nha, tornou possível um grande intercâmbio entre esses e outros grupos em Moçambique, durante a realização do "Acampamento Solidário de Intercâmbio Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique construindo pontes na luta por direitos das mulheres", organizado pelo GMPIS. O intercâmbio tem raízes em outros dois momentos: o Encontro Panafricano de Consulta sobre Gênero, realizado em Togo, em 2022, e o II Encontro de PPM e Copartes Latinoamericanas Sobre Estratégias Para a Igualdade de Gênero no Enfrentamento aos Fundamentalismos e em Defesa da Democracia, realizado em Pernambuco, no Brasil, em 2023. Dessas trocas, surge o sonho e a proposta de fazer um intercâmbio em Angola, em 2026. Dessa forma, seguimos construindo essa articulação como uma importante rede de intercâmbios.

Fair Steel Coalition (Coalizão pelo Aço Justo))

A Fair Steel Coalition (Coalizão pelo Aço Justo) é uma aliança que reúne mais de quinze organizações, de diferentes países, que se articulam para denunciar os impactos da indústria do aço e defender comunidades atingidas. A partir de campanhas, relatórios e ações internacionais de incidência, o grupo chama a atenção para as violações de direitos humanos e os impactos socioambientais causados por empresas do setor.

Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos

A Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos reúne mais de 50 lideranças territoriais, de diversos estados do país, para denunciar os impactos socioambientais e desigualdades aprofundadas pelos megaprojetos de desenvolvimento e para articular formas de resistência e proteção de seus corpos-territórios, modos de vida e direitos. Ela começou a ser gestada em 2023, no curso Mulheres-Semente: Multiplicando Pedagogias de Luta, e nasceu em 2024, no Seminário Nacional Mulheres e Megaprojetos. O curso e o seminário foram realizados pelo PACS, em parceria com o Fórum Suape e o Instituto Terramar.

4.2 INCIDÊNCIA POLÍTICA

Ao longo de 2025, teve destaque no campo da incidência política a defesa da justiça de gênero, racial, econômica, climática e socioambiental.

Em abril, a coordenadora de projetos e integrante do coletivo de gestão do PACS, Ana Luisa Queiroz, participou de uma agenda de incidência da Fair Steel Coalition (Coalizão pelo Aço Justo) em São Paulo (SP). A assessora de comunicação, Mylena Melo, também participou. Assim como Maria Regina de Paulo, moradora atingida pela siderúrgica Ternium Brasil, no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ). O grupo participou do Fórum da Plataforma Latinoamericana da Sociedade Civil sobre Empresas e Direitos Humanos e do IX Fórum Regional das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos na América Latina e Caribe. No Fórum das Nações Unidas, houve uma sessão coorganizada pela Coalizão, sobre responsabilidade empresarial, devida diligência e reparação. Na ocasião, Maria Regina de Paulo falou sobre os impactos da siderúrgica e a luta da comunidade por reparação.

Em maio, a coordenadora Ana Luisa Queiroz esteve em outra agenda de incidência da Coalizão pelo Aço Justo. Dessa vez, na Europa, junto com outros 20 ativistas e representantes de organizações de diversos países, em campanha pela responsabilização da ArcelorMittal e da Ternium, gigantes da indústria siderúrgica, cujas operações levantam questões humanitárias, ambientais e climáticas urgentes. O PACS também apoiou a participação de Aline Marins, representante do Coletivo Martha Trindade.

Esta foi a segunda jornada organizada pela Coalizão pelo Aço Justo. A primeira foi em 2024, quando a coalizão foi originalmente lançada.

O objetivo central dessa jornada foi responsabilizar as empresas siderúrgicas no mais alto nível, por seus impactos ambientais e sobre os direitos humanos, especialmente na Bósnia-Herzegovina, Brasil, Libéria, México e África do Sul.

Nas ações de incidência, Ana Luisa Queiroz, do PACS, abordou principalmente os impactos causados pela Ternium à comunidade de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ). Os principais alvos da Coalizão eram as Assembleias Gerais Anuais (AGAs) das empresas, em Luxemburgo, mas a jornada de duas semanas também incluiu a apresentação de uma queixa à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) contra a Ternium; e reuniões com sindicatos e bancos que financiam essas siderúrgicas, para pressionar os legisladores da União Europeia a agir em prol da responsabilidade corporativa.

Em agosto, o vereador do Rio de Janeiro (RJ), William Siri, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), protocolou dois projetos de lei que podem alterar a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que é fruto das ações de mobilização e incidência da campanha Rio Capital do Caô Climático, que reúne moradores atingidos pela Ternium e organizações como o PACS, o Coletivo Martha Trindade, o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, o Fórum Popular da Natureza, a Coalizão pelo Clima, a Teia de Solidariedade da Zona Oeste e a Justiça Global. Uma ação de destaque nesse sentido é a audiência pública que aconteceu em agosto de 2024, na Câmara Municipal do Rio, para discutir a crise climática e a saúde na Zona Oeste. A audiência foi promovida pela Comissão Especial de Emergência Climática e Justiça Socioambiental e pelo mandato do vereador William Siri (Psol), após provocação do PACS e das outras organizações que compõem a campanha.

No fim da audiência, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para dar encaminhamento às denúncias e demandas apresentadas na ocasião. Foi o trabalho deste grupo que culminou na criação dos projetos protocolados pelo vereador, em agosto de 2025.

Entre julho e outubro, a equipe do PACS se somou à mobilização do Plebiscito Popular por um Brasil Mais Justo, que pautou a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o fim da exaustiva escala 6×1, a isenção de imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil e a taxação dos que ganham mais de R$ 50 mil por mês. Essa é uma ferramenta importante, que gera dados para ações de incidência e ainda promove um exercício de educação política e mobilização cidadã, que tem inspiração em experiências anteriores, que também contaram com a participação e o apoio fundamental do PACS, como o Plebiscito da Dívida Externa, nos anos 2000, e o da Área Livre de Comércio das Américas (ALCA) e da Base de Alcântara, em 2002.

4.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Considerando os desafios históricos de manutenção do trabalho continuado para a atuação de sujeitos políticos frente às desigualdades, em prol de uma sociedade mais justa e solidária, o fortalecimento institucional constitui-se em tarefa permanente, transformada, assim, em eixo de trabalho. As iniciativas a ele vinculadas visam garantir condições para a construção de relações institucionais que prezem pela ampliação da autonomia da organização. Abaixo alguns destaques do nosso trabalho permanente de fortalecimento institucional.

- **Gestão Interna**

O PACS segue no caminho da consolidação de uma gestão financeira e contábil eficiente e eficaz, que permitam que a instituição tenha a estrutura necessária para atuar consistentemente na direção de seus objetivos e missões políticas

- **PMA – Planejamento, Monitoramento e Avaliação**

Os processos de planejamento, monitoramento e avaliação do Instituto PACS acontecem em três momentos do ano. São momentos de imersão de toda a equipe para alinhamento, formulação e revisão dos projetos, da gestão interna e das dinâmicas vividas naquele período. Assim, em 2025, foram realizadas as etapas de PMA e avaliação com todas as pessoas da equipe, com apoio de consultoria externa, além de processos de PMA específicos de cada eixo de trabalho.

- **Gestão financeira e contábil**

Todos os trabalhos do PACS só podem se desenvolver a partir de uma gestão financeira e contábil eficiente, organizada e que dialogue com as práticas e princípios políticos da instituição. Assim, a gestão financeira e contábil se dá cotidianamente de maneira atenta, cuidadosa e adaptada à realidade de cada projeto e convênio, mas sem perder a visão do todo do PACS.

No ano de 2025, como parte do fortalecimento da área, houve avanço na revisão de métodos e na consolidação da organização do administrativo-financeiro, com a atualização de ferramentas, contribuindo para maior eficiência e integração dos processos.

- **Outras atividades institucionais realizadas em 2025**

- Reuniões semanais com toda a equipe;
- Reuniões semanais da Coordenação Geral e Coordenação de Projetos • Reuniões da equipe do administrativo-financeiro com apoio e participação da coordenação institucional;
- Reuniões com agências e parceiros;
- Núcleo de Formação Interna;
- Estratégias de captação e manutenção de recursos;
- Assembleia de Sócios;
- Produção de Relatórios Narrativos e Financeiros dos Convênios de Cooperação;
- Auditorias de projetos e institucional;
- Organização e logística de atividades;
- Cuidado com o espaço do escritório;
- Gestão de Equipe e acompanhamento dos planos de trabalho;
- Cruzamento entre áreas e sub-equipes para garantir uma boa dinâmica geral dos projetos e institucional;
- Processos seletivos pontuais e processuais para compor a equipe dos projetos e institucional.

4.4 COMUNICAÇÃO

Sendo área transversal do PACS, a Comunicação Institucional se integra ao conjunto de processos liderados pela equipe político-pedagógica, num fluxo de retroalimentação, informando-a e sendo informada por ela. Portanto, antes de ser um trabalho exclusivo de um setor, a comunicação é tarefa do conjunto da equipe. Isto se expressa na presença dos profissionais de mídia nos projetos e iniciativas, desde a concepção ou no apoio permanente oferecido por todas as áreas aos comunicadores, fornecendo-lhes conteúdos e referências para a construção de um relacionamento com a sociedade marcado pela transparência, independência e compromisso com o fortalecimento da luta popular. Em 2025, a equipe de comunicação do PACS atuou diretamente nas atividades a seguir:

Planejamento Estratégico de Comunicação

Em junho, o PACS promoveu uma atividade de dois dias, que contou com a participação de toda a equipe e o apoio de uma consultoria externa, da Terral Comunicação, para formular coletivamente um Planejamento Estratégico de Comunicação, documento que visa orientar as estratégias e ações de comunicação do PACS no período de 2026 a 2030. Ele estabelece diretrizes, objetivos estratégicos, públicos e planos de ação para superar os desafios atuais e alcançar os resultados desejados, de forma alinhada aos objetivos estratégicos institucionais e ao que está definido como missão, visão e impacto transformador da organização.

Reformulação de identidade visual

O PACS reformulou a sua identidade visual e criou um pacote de materiais institucionais mais amplo, que inclui novas cores e elementos visuais, para uso em publicações e outros materiais, além de um selo comemorativo e outros produtos para o aniversário de 40 anos do PACS. Esse processo contou com o apoio da Bioma Comunicação Ancestral e da Fundação Ford. O resultado será divulgado em 2026.

Publicações – conteúdos digitais, pesquisas e audiovisual

A produção de conteúdos críticos e o fomento a debates acerca dos diferentes temas de trabalho do Instituto PACS é uma característica histórica do trabalho da organização. Materializando acúmulos nas diferentes frentes de atuação da instituição, as publicações físicas e digitais têm sido fundamentais nesta estratégia. A comunicação tem o papel de revisar e editar os conteúdos de publicações em texto, áudio e vídeo; produzir o projeto gráfico e a diagramação de parte destes materiais; além de divulgá-los em todos os meios disponíveis. Esta cadeia de tarefas é toda executada de forma simultânea ao trabalho cotidiano.

Em 2025, o PACS produziu os seguintes materiais:

- Cartilha “Territórios de Fé: Caminhos para diálogos de combate aos Racismos”;
- Tradução do relatório “Impactos na qualidade do ar da usina siderúrgica Ternium Brasil Santa Cruz”;
- Relatório “O real cu$to do Aço”;
- Registro em vídeo da roda de conversa da Caravana Contra os Racismos Religiosos, no Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango, realizada durante o intercâmbio da Caravana em Belo Horizonte (MG), em 2024;
- Registro em vídeo do lançamento do livro "Esquecer? Nunca Mais! – A saga de meu filho Marcos Arruda", na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro (RJ);
- Livro digital “Onde moram nossas lutas: 10 anos de metodologias autogestionárias nos territórios”.

Todos os materiais e publicações do PACS estão disponíveis gratuitamente na Biblioteca Berta Cáceres ou em nossas redes sociais.

Produção de material gráfico

Assim como a edição de publicações, a produção de material gráfico é integralmente acompanhada pela Comunicação Institucional, com o trabalho de elaboração, supervisão e relacionamento com fornecedores. Alguns destaques são:

- Camisas com a frase "Lute como uma agricultora urbana";
- Camisas, ecobags e cartões postais da Caravana Contra os Racismos Religiosos;
- Panfletos e brindes em inglês, denunciando impactos da Ternium Brasil, para ações de incidência na Europa, junto à Coalizão pelo Aço Justo;
- Cartões postais e adesivos da campanha Rio Capital do Caô Climático, em português e inglês, para COP 30;
- Cartões postais com indicações de publicações do PACS sobre gênero, ativismo e megaprojetos, para COP 30;
- Cartões de visitas para coordenadoras e assessoras da equipe.

Produção para o site institucional

O site institucional é ao mesmo tempo um instrumento de gestão da memória e um diário da atuação da organização. A página é uma parte importante da identidade do PACS. Ela reúne notícias, acervo bibliográfico e audiovisual, e informações diversas sobre as áreas de trabalho do instituto, além de se constituir em referência, no quesito produção de conhecimento e informação, tanto para um campo político específico, quanto para um conjunto maior de interessados nos temas em que a instituição incide politicamente.

O site contém notícias institucionais, prioritariamente; artigos de opinião de membros da equipe, de sócios colaboradores e parceiros; informações sobre as linhas programáticas, projetos e iniciativas; publicações; e conteúdo audiovisual. A administração da página é realizada integralmente pela equipe de comunicação.

Em 2025, foram publicadas 36 notícias – número três vezes maior que o do ano anterior. Alguns destaques são:

- Edição histórica celebra 20 anos do curso Mulheres e Economia;
- Das travessias à força dos reencontros: Intercâmbios de Mulheres do Brasil, Angola e Moçambique;
- Instituto PACS realiza o I Encontro Nacional da Caravana Contra os Racismos Religiosos;
- Alternativa: Instituto PACS participa de revisão do Comitê CEDAW da ONU e denuncia impactos dos megaprojetos na vida das mulheres;
- Instituto PACS realiza primeira Gira de Diálogos da Caravana Contra os Racismos Religiosos, com participação do professor e escritor Luiz Rufino;
- Instituto PACS participa da primeira reunião da Comissão Especial de Segurança Alimentar da Câmara Municipal do Rio de Janeiro;
- Organizações feministas do sul global levam reivindicação por justiça de gênero a conferência da ONU na Espanha;
- Roda de Mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana fortalece agroecologia e protagonismo feminino nos territórios;
- Atingidas pela mineração fazem história ao realizar o primeiro pré-ERAM das mulheres;
- "Esquecer? Nunca Mais!": livro sobre a luta da família Arruda contra a ditadura é lançado no Rio de Janeiro e em São Paulo;
- Marcha das Mulheres Negras do Rio leva centenas de pessoas às ruas para denunciar racismo e machismo e reivindicar políticas públicas;
- 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU) reúne mais de 300 pessoas em Recife;
- Projeto de Lei pode mudar política climática carioca, que é alvo de denúncias da campanha Rio Capital do Caô Climático;
- A favela quer liberdade, justiça e reparação: o povo negro quer viver!;
- Instituto PACS pauta justiça de gênero, racial, econômica, climática e socioambiental na COP30 e em eventos paralelos.

Em 2025, o PACS também publicou 29 notícias no site do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD), que é administrado pelo PACS e por outras organizações. Parte das notícias publicadas no site do PACS foram replicadas no site do PPAD, mas também houve produção de notícias específicas para o site do PPAD. Os textos produzidos em parceria com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) são um exemplo. São eles:

- "De Olho na CFEM": oficina aborda distribuição desigual de royalties da mineração;
- Exploração de lítio no Brasil: transição energética ou transação econômica?;
- Programa Novo Carajás: megaprojeto da Vale ameaça territórios no Pará.

Produção para redes sociais

As redes sociais do PACS priorizam o compartilhamento de conteúdo institucional e divulgam materiais de parceiras e parceiros. Eventos, iniciativas, posicionamentos de instituições do mesmo campo político frequentemente integram a programação de nossas mídias sociais. Assim, as redes repercutem atualizações do site do PACS e compartilham conteúdo desenvolvido exclusivamente para elas.

Em 2025, priorizamos, pelo segundo ano consecutivo, as publicações colaborativas, que estão mais alinhadas com a proposta político-pedagógica do PACS e ainda proporcionam maior repercussão para os conteúdos e perfis envolvidos.

A equipe de comunicação produz, a cada seis meses, um relatório com as principais métricas e tendências no consumo de conteúdos em suas redes sociais. Além de números de visitas, acessos e engajamentos, realizamos uma análise qualitativa especificando que tipos de conteúdo e temáticas têm mais alcance e apelo junto aos públicos do site, das redes sociais e do boletim online.

Confira a seguir as métricas de 2025:

- **YouTube:**

Neste período, o PACS publicou 3 vídeos, que somaram 199 visualizações. No entanto, outros vídeos, publicados em outros anos, também obtiveram um número expressivo de acessos neste período. Entre janeiro e dezembro de 2025, o canal do PACS no YouTube recebeu 4.759 visualizações.

O público passou mais de 200 horas assistindo vídeos do canal. A maior parte dos espectadores chegou aos vídeos através da ferramenta de busca do YouTube (38%) ou clicando no link em outros sites ou redes sociais (29,9%). Quanto ao tipo de dispositivo, 47,4% acessou o canal do PACS pelo computador, 35,1% pelo dispositivo móvel e 13,6% pela TV. O canal ganhou 32 novos inscritos e chegou ao fim do ano com 1.714 inscritos. A maior parte dos espectadores foi do Brasil (41,6%) e a maior parte do público brasileiro é do Rio de Janeiro (4,3%), seguido por: São Paulo (1,5%), Bahia (1,2%), Minas Gerais (0,6%) e Pernambuco (0,6%). O YouTube não disponibilizou dados sobre a faixa etária e gênero do público neste período.

- **Facebook:**

O perfil do Instituto PACS no Facebook passou de 6.950 seguidores, em 2024, para 6.881 seguidores, em 2025. Houve uma redução de 69 seguidores, no entanto, somente 42 pessoas deixaram de fato de seguir o perfil, que ainda ganhou 30 novos seguidores. Isso indica que, provavelmente, parte dos seguidores aderiu à tendência de migração do Facebook para outras redes sociais. Neste período, o perfil do PACS atingiu mais de 11.021 visualizações. Ao todo, foram feitas 116 publicações no feed do perfil.

- **Instagram:**

A conta do Instituto PACS no Instagram passou de 5.768 seguidores, em 2024, para 7.350, em 2025. Ou seja, o número total de seguidores aumentou em 1.582 (27%). A maior parte dos seguidores são mulheres (73%). Quanto à faixa etária, 35,4% dos seguidores têm entre 35 e 44 anos e 32% têm entre 25 e 34 anos. A maior parte dos seguidores brasileiros é do Rio de Janeiro (25,2%), seguido por: São Paulo (6,7%), Recife (3,3%), Belo Horizonte (3,1%) Salvador (2,5%), Fortaleza (2,4%), Niterói (2,2%), Porto Alegre (1,5%), Brasília (1,3%) e Curitiba (1,1%). Os seguidores estrangeiros são da Argentina (0,9%), Portugal (0,6%), México (0,4%), Espanha (0,3%), Alemanha (0,2%), Estados Unidos (0,2%), França (0,2%), Reino Unido (0,2%) e Colômbia (0,2%).

Em 2025, foram feitas 215 publicações no feed do perfil do PACS e 440 nos stories – elas somaram 218,940 visualizações. Neste ano, 4.961 pessoas visitaram o perfil. O número total de interações com os conteúdos (curtidas ou reações, salvamentos, comentários, compartilhamentos e respostas) foi de 5.068.

As dez publicações com mais visualizações neste período foram*:

* Foram retiradas dessa lista as publicações de parceiras e parceiros nas quais o PACS foi convidado como colaborador, sendo incluídas apenas as publicações em que o PACS convidou parceiras e parceiros para colaboração.

1) <u>Lançamento do livro digital "Onde moram nossas lutas: 10 anos de metodologias autogestionárias nos territórios"</u>

(publicação em colaboração com Rede Tumulto, impulsionada por de 10 dias)

- Visualizações: 60.267
- Alcance: 19.515
- Interações: 875
- *Essa publicação trouxe 359 novos seguidores para o perfil do PACS!*

2) 10 motivos para vetar o PL da Devastação

(publicação em colaboração com Justiça Global, Movimento pela Soberania Popular na Mineração, Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale e Justiça nos Trilhos)

- Visualizações: 10.551
- Alcance: 5.757
- Interações: 323

3) Divulgação do evento "77 ANOS DA NAKBA: Pelo fim do genocídio em Gaza!"

(publicação em colaboração com Fepal, Sanaud, BDS e Raízes do Brasil)

- Visualizações: 9.867
- Alcance: 6.343
- Interações: 293

4) Cobertura da roda de conversa "Extrema direita, fundamentalismos e megaprojetos: perspectivas para as lutas das mulheres", evento que abriu o 2º Encontro da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos

(publicação em colaboração com Movimento Xingu Vivo para Sempre e o perfil do mandato da deputada estadual Renata Souza)

- Visualizações: 8.944
- Alcance: 3.006
- Interações: 165

5) Publicação temática do Dia Nacional do Controle da Poluição Industrial, que divulga um compilado de ações da campanha Rio Capital do Caô Climático

(publicação em colaboração com Coalizão pelo Clima RJ, Justiça Global, Coletivo Martha Trindade e Teia de Solidariedade da Zona Oeste)

- Visualizações: 8.323
- Alcance: 3.154
- Interações: 207

6) Divulgação do Plebiscito Popular por um Brasil Mais Justo

(publicação em colaboração com o perfil oficial do Plebiscito Popular, Grito dos Excluídos, Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Rede Jubileu Sul Brasil)

- Visualizações: 6.066
- Alcance: 2.518
- Interações: 146

7) Publicação da campanha Rio Capital do Caô Climático sobre a inclusão do prefeito do Rio de Janeiro (RJ) na lista dos 100 líderes climáticos mais influentes do mundo, da revista norte-americana Time

(publicação em colaboração com Coalizão pelo Clima RJ, Justiça Global, Coletivo Martha Trindade e Teia de Solidariedade da Zona Oeste)

- Visualizações: 5.972
- Alcance: 2.587
- Interações: 232

8) Publicação temática do Dia Internacional das Lutas das Mulheres

Visualizações: 5.715

Alcance: 4.645

Interações: 329

9) Publicação temática do Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo

- Visualizações: 5.636
- Alcance: 3.543
- Interações: 216

10) Divulgação de entrevista de coordenadora do PACS à Folha de S.Paulo

- Visualizações: 5.342
- Alcance: 2.237
- Interações: 190

Assessoria de Imprensa

A assessoria de imprensa pode ajudar na divulgação de eventos, projetos, causas e denúncias, além de aumentar a visibilidade da organização e atrair apoiadores e financiadores. Para isso, produzimos textos de release e enviamos para jornalistas de veículos da grande mídia e também de comunicação popular. Fornecemos dados, referências e fontes, mantendo o compromisso com o livre arbítrio e a segurança de todas e todos envolvidos. Alguns dos destaques deste trabalho são:

- Faixa da campanha Rio Capital do Caô Climático é exibida em desfile da G.R.E.S Unidos da Ponte, na Sapucaí – Band TV;
- No Rio, curso aborda política internacional para movimentos sociais populares – Brasil de Fato;
- Rio de Janeiro organiza ato público cultural em lembrança da Nakba e pelo fim do genocídio em Gaza – Monitor do Oriente;
- Cadeia produtiva de aço da Hyundai tem padrão "alarmante" de violações de direitos humanos, abusos ambientais e desrespeito pelo clima, aponta relatório – Observatório da Mineração;
- Poluição do ar contribui para morte de crianças na zona oeste do Rio de Janeiro, diz estudo – Folha de S.Paulo;
- ¿A quién pertenece realmente el derecho a la vida y a la ciudadanía en Brasil? – Los Muros;
- Wie Menschenrechtler in Mexiko einen ungleichen Kampf gegen ArcelorMittal und Ternium führen – Tageblatt Letzebuerg;
- Steel companies ArcelorMittal and Ternium continue to ride roughshod over Global South communities – The Canary.

Conheça os meios de comunicação do PACS e siga seus perfis nas redes sociais:

www.pacs.org.br

facebook.com/PACSInstituto

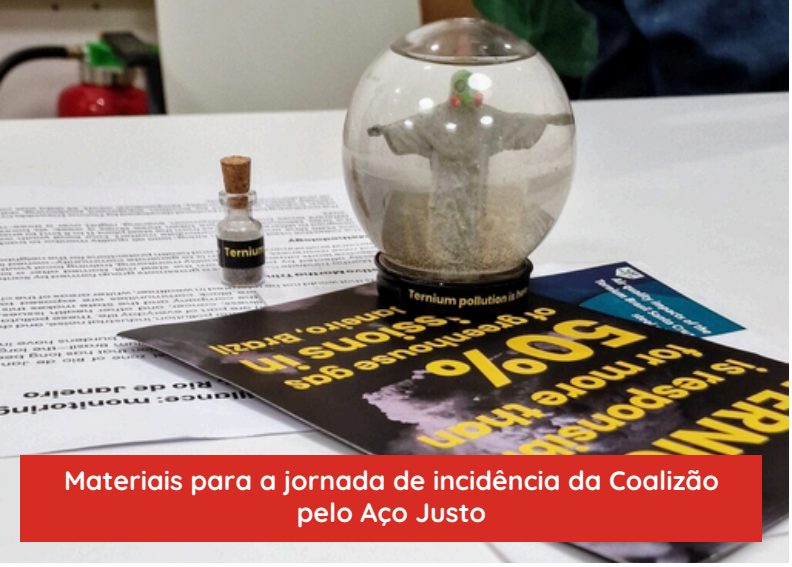
@institutoPACS

PACSinstituto.medium.com

@InstitutoPACS

youtube.com/@PACSInstituto

Boletim do PACS

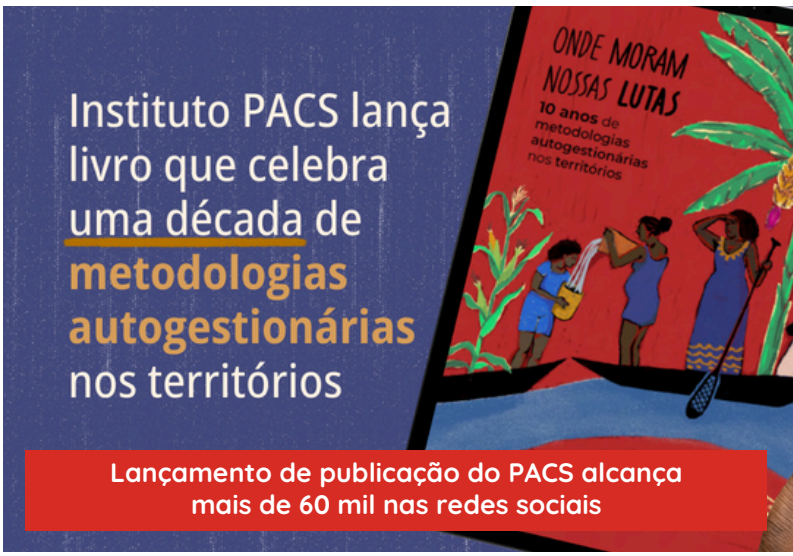


Materiais para a jornada de incidência da Coalizão pelo Aço Justo

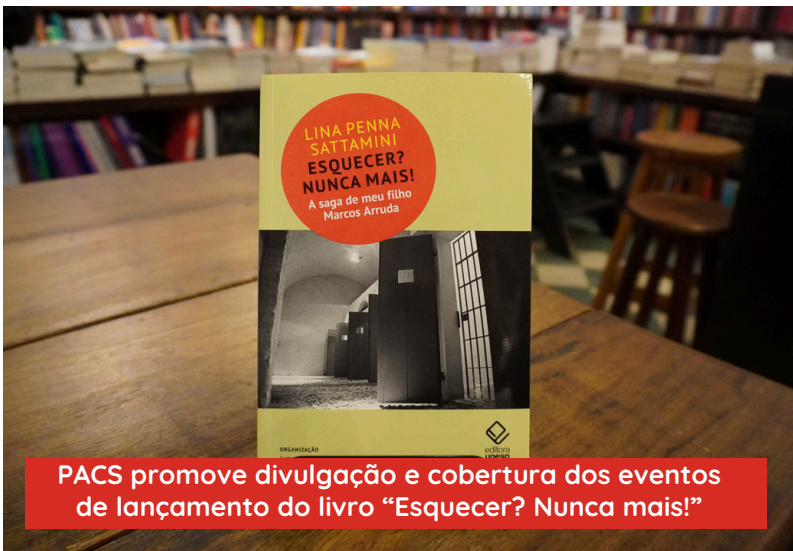
Entrega de press kit da campanha Rio Capital do Caô Climático para influenciadora, no Festival Saúva

Intervenção urbana da campanha Rio Capital do Caô Climático

Entrevista para o Massa Crítica, em intercâmbio da Caravana Contra os Racismos Religiosos



Lançamento de publicação do PACS alcança mais de 60 mil nas redes sociais



PACS promove divulgação e cobertura dos eventos de lançamento do livro “Esquecer? Nunca mais!”

ATIVIDADES EXTERNAS

5. ATIVIDADES EXTERNAS

As atividades do Instituto PACS são estruturadas a partir dos eixos de trabalho, das ações previstas nos projetos, da resposta às demandas urgentes dos territórios com os quais trabalhamos e das situações emergenciais que a conjuntura política nacional e latino-americana nos apresenta. Buscamos aqui, nos destaques de atividades, contemplar os diversos campos políticos e temáticos nos quais atuamos, que abrangem diferentes sujeitos e metodologias de trabalho, de acordo com cada ação e objetivo a ser alcançado.

Os projetos são entendidos como ferramentas que tornam possíveis as continuidades nos processos que construímos e que, também, contribuem para darmos respostas rápidas às demandas que surgem das redes, dos territórios, movimentos e grupos com os quais trabalhamos.

Para facilitar a descrição, trazemos aqui um quadro, organizado por eixos de ação, com o que consideramos destaques do ano: tanto ações específicas, como conjuntos de ações. Importante destacar que, para cada ação dessa acontecer, muitas outras atividades de planejamento e preparação são realizadas. Além das reuniões de planejamento, monitoramento e construção da concepção político pedagógica de cada projeto e das grandes ações e produtos presentes nos projetos.

Assim, um grande destaque é o trabalho interno, que estrutura e possibilita que os processos tenham continuidade e mantenham o objetivo e a coerência política institucional. A labuta e o cuidado do dia-a-dia são praticamente invisíveis perante à concretude do que apresentamos e movemos externamente. São dezenas de reuniões internas, entre equipes de projeto, com parceiros, colaboradores, etc. Cada ação envolve planejamento, organização, preparação, diálogos e execução.

Com destaque ao cuidado com os processos, as metodologias, e principalmente, com as pessoas com as quais o PACS constrói lutas junto. Deste modo, o que trazemos aqui são apenas alguns momentos e culminâncias de caminhos muitos maiores. As atividades em 2025 foram feitas, em sua maioria, de forma presencial, e uma parte, virtual, observando as possibilidades e potências.

Ademais, é muito importante ressaltar a importância do trabalho administrativo-financeiro, aquele que menos aparece e é estrutural para tudo que se desenvolve. O administrativo-financeiro se desafia cotidianamente para dar o suporte necessário a tudo que é externalizado e se esforça em processos de aprendizado para realizar todas as adequações necessárias para a manutenção do trabalho do PACS e de condições para a equipe.

Durante o ano de 2025, o administrativo-financeiro esteve envolvido de forma contínua na organização e sustentação das atividades institucionais e dos projetos. A área foi responsável pela gestão administrativa e financeira, assegurando o acompanhamento das rotinas de trabalho, o controle de contas a pagar e a receber e a realização das conciliações entre os registros financeiros e contábeis.

Ao longo do período, também foram conduzidas prestações de contas e realizadas auditorias regulares, tanto no âmbito institucional quanto nos projetos, reforçando a transparência e a conformidade dos processos. Paralelamente, o setor atuou na elaboração de documentos e orçamentos para novos projetos, na organização da logística e das rotinas operacionais do escritório e na promoção de processos formativos voltados à equipe interna e a parceiros. Como parte do fortalecimento da área, houve avanço na revisão de métodos e na consolidação da organização do administrativo-financeiro, com a atualização de ferramentas, contribuindo para maior eficiência e integração dos processos.

Além das atividades da seção “Destaque de 2025”, considerando nosso instrumento de registro de atividades, atualizado semanalmente em reunião de equipe, realizamos cerca de 250 atividades, entre ações de articulação, reuniões internas, formações, ações territoriais, de incidência política, fortalecimento institucional e PMA. Confira alguns destaques, apenas das atividades externas, abaixo:

- 1º Pré ERAM das mulheres;
- 2º Encontro da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos;
- 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU);
- 17º do Festival ABCR;
- 13º Congresso GIFE;
- Ações da Caravana Contra os Racismos Religiosos;
- Intercâmbio em Madri, incluindo participação no Encuentro Cambiando Narrativas para Financiar Futuros Feministas;
- 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) e eventos paralelos;
- Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e bem-viver;
- Lançamento da publicação “Onde moram nossas lutas: 10 anos de metodologias autogestionárias nos territórios”.

1º Pré ERAM das mulheres

Painel da COP 30 com participação de coordenadora do PACS

Jornada de incidência da Coalizão pelo Aço Justo na Europa

Encontro da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos

Gira de Diálogos da Caravana Contra os Racismos Religiosos

Tribunal Popular em Defesa da Amazônia, realizado durante a Cúpula dos Povos

- **1º Pré ERAM das mulheres**

Nos últimos 15 anos, o Encontro Regional de Atingidas e Atingidos pela Mineração (ERAM) se consolidou como um espaço importante para a articulação de comunidades impactadas por empreendimentos ligados à extração, processamento e transporte de minério no Corredor Carajás, área que compreende toda a extensão da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que vai do Pará ao Maranhão, cortando o norte e o nordeste do país. Realizado desde 2009, o encontro promove a construção coletiva de estratégias de defesa e de denúncia em âmbito local, nacional e internacional. Para construir o ERAM, são realizados encontros preparatórios, conhecidos como pré-ERAM. Em 2025, ocorreu pela primeira vez o pré-ERAM das mulheres. Promovido por Justiça nos Trilhos (JnT), PACS e Comissão Pastoral da Terra (CPT), o encontro reuniu mulheres do Corredor Carajás e de outras regiões afetadas pela mineração, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Da equipe do PACS, estiveram presentes a coordenadora de projetos e integrante da coletiva de gestão, Ana Luisa Queiroz, a assessora político-pedagógica Carmen Castro e a então assistente político-pedagógica, Jamílly do Carmo.

A programação contou com místicas, rodas de conversa e espaços de decisão e articulação coletiva. Dentre os encaminhamentos tirados no encontro estão a consolidação do pré-ERAM das mulheres; a promoção de formações sobre os temas em debate no ERAM, como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e outros temas relacionados às suas vivências; além da criação de um espaço de discussão amplo sobre gênero, com participação de mulheres e homens, no ERAM. No encontro, também foi aprovada uma carta de solidariedade a comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA).

- **2º Encontro da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos**

O encontro, realizado pela Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos, PACS e Fundação Rosa Luxemburgo, aconteceu entre os dias 18 e 21 de setembro, no Rio de Janeiro (RJ), e reuniu 52 lideranças, de sete estados do país – Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Foi um espaço importante de reflexão e articulação, no qual as mulheres puderam traçar caminhos e prioridades para a ação política da Rede. A programação contou com momentos de debate e de deliberação coletiva, além de místicas e vivências culturais – incluindo a roda de conversa "Extrema direita, fundamentalismos e megaprojetos: perspectivas para as lutas das mulheres", que abriu o encontro e fica marcada na história como o primeiro evento público da Rede.

A roda contou com a mediação de Ana Luisa Queiroz, representante do PACS, e as contribuições das convidadas Renata Souza, deputada estadual do Rio de Janeiro pelo PSOL; Luciana Petersen, jornalista vinculada ao Instituto de Estudos da Religião (ISER); Verena Glass, representante da Fundação Rosa Luxemburgo; e Ana Laíde Barbosa, integrante do Movimento Xingu Vivo para Sempre e da própria Rede.

O encontro é um marco na consolidação da Rede, que começou a ser gestada em 2023, no curso "Mulheres-Semente: Multiplicando Pedagogias de Luta", e nasceu em 2024, no Seminário Nacional Mulheres e Megaprojetos. O curso e o seminário foram realizados pelo PACS, em parceria com o Fórum Suape e o Instituto Terramar.

- **2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)**

O 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU) reuniu mais de 300 pessoas, de 20 estados, de todas as 5 regiões do país, sendo a maior parte mulheres agricultoras. O encontro foi realizado pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), entre os dias 30 de julho e 2 de agosto, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Recife (PE), 10 anos após o 1º ENAU, em 2015, no Rio de Janeiro (RJ).

A coordenadora de projetos do Pacs, Yasmin Bitencourt, esteve à frente da mobilização prévia, no Rio, e foi para Recife, participar do 2º ENAU. Para ela, "foi muito interessante conhecer iniciativas novas e ver como as agricultoras puderam trocar não só sementes e técnicas, mas também desejos e sonhos". Outro destaque foi a realização do encontro em Recife (PE), "porque é um território em que há uma expressão muito forte da agricultura urbana enquanto bandeira de luta" e "porque é uma das cidades brasileiras que corre mais riscos com as mudanças climáticas" – discussão que esteve presente em todo o encontro, desde o seu tema: "Cidades que plantam! Agroecologia urbana na luta contra a fome e por justiça climática".

Foram muitas atividades, incluindo: Carrossel dos Territórios, com instalações pedagógicas; debate sobre as práticas dos sujeitos da agricultura no Brasil; Feira de Saberes e Sabores das Cidades; vivências nos territórios da agricultura urbana em Recife, com partilha ao final do dia; debate sobre a relação da agricultura urbana com o direito à cidade, a justiça climática e o combate à fome; debate sobre as políticas públicas para a agricultura urbana no país; rodas de conversas simultâneas, sobre temas variados; e plenária final.

Na plenária final, foi aprovada uma carta política, que resume as principais discussões do II ENAU e traz reivindicações das agricultoras e agricultores. O texto está disponível aqui.

A carta aponta que “mesmo após 10 anos entre a primeira edição do Encontro Nacional e agora, a agricultura urbana segue encontrando desafios estruturantes para seu reconhecimento e visibilidade na agenda pública”. A carta também afirma que a proposta, que enfraquece os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos poluidores, “representa um grave ataque às áreas protegidas e aos povos e comunidades tradicionais defensores do território”, que “afeta vários territórios com presença de experiências de agricultura urbana e agroecológica”.

Após a plenária, houve um momento de troca de sementes e mudas e em seguida os participantes do encontro realizaram um ato contra o Projeto de Lei nº 2.159/2021, que ficou conhecido como PL da Devastação e acabou aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado, com vetos, pelo presidente Lula, dias após o ENAU.

- **17º Festival ABCR**

O Festival ABCR, realizado pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos, consolidou-se como o principal evento de captação de recursos e mobilização para causas sociais no país. Com a presença de mais de 800 participantes, entre representantes de organizações da sociedade civil, consultores, empresas e financiadores, a edição de 2025 foi um espaço qualificado de troca de experiências, formação e articulação. A programação contou com mais de 60 atividades, abordando temas como: inovação em estratégias de captação, filantropia digital, inteligência artificial aplicada ao terceiro setor, parcerias institucionais e fortalecimento da cultura de doação. A participação institucional nesse evento foi estratégica para atualização de tendências, ampliação da rede de contatos e fortalecimento das práticas de sustentabilidade financeira da organização.

- **13º Congresso GIFE**

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) reúne mais de 170 organizações. O 13º Congresso GIFE, realizado pela primeira vez fora de São Paulo (SP), reuniu 1.200 pessoas em Fortaleza (CE), dentre elas: organizações da sociedade civil, consultores, acadêmicos, representantes do poder público e de empresas. Com o tema "Desconcentrar Poder, Conhecimento e Riqueza", o congresso teve como foco o fortalecimento da democracia e a redução das desigualdades sociais, a partir da promoção de estratégias para redistribuição de recursos, saberes e poder de decisão.

A programação contou com painéis, oficinas e espaços de diálogo sobre temas como: o valor da floresta em pé; ações emergenciais frente à crise climática; e o papel do Investimento Social Privado (ISP) diante dos desafios das juventudes. O evento reforçou a importância da colaboração entre diferentes setores para enfrentar as desigualdades estruturais do país e destacou o Nordeste como território central para a construção de alternativas democráticas e sustentáveis. A participação institucional do evento foi estratégica para fortalecer redes, acompanhar tendências do campo filantrópico e aprofundar o debate sobre inovação, equidade e justiça social no Brasil atual.

- **Ações da Caravana Contra os Racismos Religiosos**

Em 2025, a Caravana construiu diversas ações de destaque. Durante os dias 13 e 14 de fevereiro, ocorreu a primeira Gira de Diálogos, espaço formativo da Caravana, que contou com a participação de toda a equipe do PACS e com a mediação do professor, pesquisador e escritor Luiz Rufino. No encontro, refletimos sobre as complexidades e caminhos para enfrentar o problema do racismo religioso no Brasil

e nos debruçamos no diálogo sobre as relações entre o catolicismo e as religiões de matriz africana e indígenas, o que chamamos de 'sincretismo religioso', termo que nos instigou a realizar a atividade.

No dia 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, o PACS fez o lançamento digital da cartilha "Territórios de Fé: Caminhos para diálogos de combate aos Racismos Religiosos", que busca fortalecer ações de debate sobre o racismo religioso, em especial as que promovem a exibição do documentário "Territórios de Fé: Resistências aos Fundamentalismos", trazendo reflexões e metodologias que auxiliam na promoção de diálogo em diversos espaços (escolas, comunidades, organizações, etc). A cartilha está disponível gratuitamente na Biblioteca Berta Cáceres e na biblioteca do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD).

No dia 28 de abril, a Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro (RJ), foi ocupada por povos de matriz africana, que realizaram um ato-ebó coletivo para reivindicar a revogação do Decreto nº 55.824, publicado no dia 24 de março de 2025. O decreto revogou uma Resolução Conjunta da Secretaria Municipal do Ambiente e Clima (SMAC) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), publicada poucos dias antes, em 19 de março de 2025.

A resolução reconhecia práticas tradicionais de matriz africana, como ebós, banhos de ervas, chás, defumações, amacis e gborys como práticas complementares ao Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que são práticas culturais comunitárias que dão suporte a saúde física, psíquica e social.

Nos dias 17 e 18 de maio, o Axé Abassá de Ogum, terreiro de Itapuã, em Salvador (BA), recebeu o encontro Iyá Akobióde – Mulheres que transformam, com o tema "Ancestralidade e Movimento". Estavam presentes mulheres negras de axé, lideranças religiosas, educadoras, empreendedoras, comunicadoras e ativistas, que transformam, cotidianamente, as suas comunidades. A assessora político-pedagógica do PACS, Thais Matos, participou e conta que "foi um espaço de fortalecimento coletivo, de escuta e de celebração dos saberes ancestrais, onde histórias de vida e trajetórias de luta foram compartilhadas, com o objetivo de inspirar novas ações e estratégias para a construção do bem-viver nos territórios". Thais participou da mesa de abertura do encontro, apresentando a Caravana.

No dia 25 de maio, a assessora também participou da primeira Caminhada Contra a Intolerância Religiosa de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Os participantes caminharam do Centro Comercial de Vilar dos Teles até a sede da Prefeitura, onde ocorreu um ato público. Estavam presentes lideranças e representantes de múltiplas expressões religiosas (Candomblé, Umbanda, catolicismo, evangélicos, espiritismo, entre outras).

Também foi realizado um intercâmbio, entre os dias X e X, no qual a coordenadora de projetos do PACS, Yasmin Bitencourt, a assessora político-pedagógica, Thais Matos, e a assessora de comunicação, Mylena Melo, visitaram o Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, em Belo Horizonte (MG), e a Associação Espírita Pai Benedito de Aruanda, que fica do outro lado da Serra do Curral, em Nova Lima (MG). O intercâmbio teve como objetivo conhecer os repertórios de resistência à mineração das comunidades e realizar entrevistas para uma edição especial do periódico de análises do PACS, o Massa Crítica, sobre o tema.

- **Intercâmbio em Madri, incluindo participação no Encuentro Cambiando Narrativas para Financiar Futuros Feministas**

Em maio, a coordenadora institucional e integrante do coletivo de gestão do PACS, Aline Lima, e a coordenadora de projetos, Yasmin Bitencourt, realizaram um intercâmbio em Madri, capital da Espanha, no qual representaram a organização em reuniões de articulação com parceiros e no Encuentro Cambiando Narrativas para Financiar Futuros Feministas.

Durante o encontro, as participantes contribuíram com a construção de um posicionamento, apresentado durante a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que aconteceu entre os dias 30 de junho e 3 de julho, em Sevilha, na Espanha. O pronunciamento apresenta preocupações com os retrocessos democráticos, a instabilidade política e a precarização dos direitos das populações mais vulneráveis. Confira o texto na íntegra, na Biblioteca Berta Cáceres – disponível em português, espanhol e inglês.

A Conferência em Sevilha culminou na criação do Compromisso de Sevilha, uma agenda que propõe reformas estruturais para viabilizar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O Compromisso destaca a necessidade de criar sistemas tributários mais justos e novas ferramentas para aliviar as pressões das dívidas de países vulneráveis.

- **30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) e eventos paralelos**

Em novembro, a equipe do PACS foi a Belém, para participar da COP30 e de outros eventos paralelos, como a Cúpula dos Povos e a Casa das ONGs.

A coordenadora institucional e integrante do coletivo de gestão do PACS, Aline Lima, representou a organização na ocasião, junto com a coordenadora de projetos e também integrante do coletivo de gestão, Ana Luisa Queiroz. O PACS também viabilizou a participação de representantes de coletivos e redes parceiras – como Pedro Stilo, do Coletivo Pão e Tinta, de Recife (PE), Nuala Costa, da ONG TPM – Todas para o mar, de Maracaípe (PE), Aline Marins, do Coletivo Martha Trindade, do Rio de Janeiro (RJ), e Roberta Simões, da Rede Carioca de Agricultura Urbana (RedeCAU), também do Rio. A iniciativa reforça o compromisso do PACS com lideranças territoriais essenciais no enfrentamento do colapso climático e valoriza a participação dessas lideranças em espaços como a COP, entendendo que é impossível construir alternativas reais e justas sem o protagonismo dos territórios.

Historicamente, a COP reúne principalmente lideranças políticas e de empresas e um número menos expressivo de representantes da sociedade civil e pesquisadores, com o objetivo de negociar metas e firmar acordos para frear o avanço das mudanças climáticas. No entanto, os resultados das Conferências vêm frustrando as expectativas de cientistas e da sociedade civil, ano após ano. Paralelamente, acontece a Cúpula dos Povos, com participação massiva de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – um espaço importante de articulação e de exposição de denúncias. Neste ano, ainda ocorreram outros eventos paralelos à Conferência, como a Casa das ONGs, uma iniciativa da Associação Brasileira de Ongs (Abong), organização ao qual o PACS é filiada.

Toda a participação do PACS na COP30 e nos eventos paralelos foi pautada pela defesa da justiça de gênero, racial, econômica, climática e socioambiental, partindo de uma perspectiva crítica ao atual modelo de desenvolvimento e às falsas soluções do capital para a crise climática.

Essa participação se deu em articulação com diversas redes e campanhas das quais o PACS faz parte – dentre elas, Coalizão pelo Aço Justo, Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, Rede Jubileu Sul Brasil, Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos, Coletivo Autogestão, Campanha Rio Capital do Caô Climático e Caravana Contra os Racismos Religiosos.

A coordenadora Aline Lima participou do Tapiri Ecumênico e Inter-religioso na Cúpula dos Povos, representando também a Caravana Contra os Racismos Religiosos; e de reuniões de articulação com a Rede Tumulto e outras redes e organizações parceiras do PACS. Já a a coordenadora Ana Luisa Queiroz participou do painel "Advancing a Justice-Centered Implementation Agenda at COP30: Lessons from Global South Energy Transitions" – em português, "Avançando em uma Agenda de Implementação Centrada na Justiça na COP30: Lições das Transições Energéticas do Sul Global" –, no Pavilhão Ford Foundation, na Zona Azul da COP30; do Tribunal Popular em Defesa da Amazônia, na Cúpula dos Povos; e da roda de conversa sobre transição energética realizada pelo PACS, em parceria com a Coalizão Mundial pelas Florestas, Ibase e Justiça Global, na Casa das ONGs, uma iniciativa da Associação Brasileira de Ongs (Abong), organização ao qual o PACS é filiada.

As duas coordenadoras participaram da barqueata que marcou o início da Cúpula dos Povos e levou cerca de 5 mil pessoas, de 60 países, em um ato pelos rios de Belém (PA); e da Marcha dos Povos pelo Clima, que encerrou a programação da Cúpula e levou cerca de 70 mil pessoas às ruas.

A equipe do PACS fez falas públicas durante as atividades e distribuiu materiais da campanha Rio Capital do Caô Climático, da Coalizão pelo Aço Justo e da Caravana Contra os Racismos Religiosos a ativistas e autoridades presentes.

- **Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e bem-viver**

Após dez anos da primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras, milhares de mulheres se reuniram em Brasília, em uma tarde histórica do dia 25 de novembro de 2025, para marchar por reparação e bem-viver. A marcha traz consigo o sentimento de confluência das muitas marchas que as mulheres negras realizam todos os dias. É o gesto de colocar no centro, reconhecendo-se como sujeito político e histórico que move e transforma o mundo. Falar em insurgências de mulheres negras é reconhecer os inúmeros modos pelos quais nós no Brasil e na diáspora africana, resistimos, contestamos e reinventamos as estruturas, enfrentando o racismo, o sexismo, o colonialismo e as desigualdades que atravessam nossas vidas. É celebrar a força que insiste, cria, cuida e fundam novos caminhos.

Sentir a Marcha é permitir que o encontro com outras mulheres negras desperte emoções profundas: reconhecimento, acolhimento, força e coletividade. É perceber que experiências aparentemente individuais, marcadas pelas desigualdades e pela resistência cotidiana, ganham sentido coletivo quando se cruzam. No sentir, nasce a certeza de que não caminhamos só; que nossa dor encontra eco, e nossa potência, espelho. A emoção que atravessa a Marcha revela a dimensão afetiva da luta, onde corpo, memória e ancestralidade se entrelaçam.

- **Lançamento da publicação “Onde moram nossas lutas: 10 anos de metodologias autogestionárias nos territórios”**

No dia 10 de dezembro de 2025, o PACS lançou o livro “Onde moram nossas lutas: 10 anos de metodologias autogestionárias nos territórios”, que sistematiza práticas e metodologias desenvolvidas ao longo de uma década de trabalho.

A publicação busca resgatar memórias, histórias, práticas e metodologias, reunindo desafios, aprendizados e conquistas dos últimos dez anos, com o objetivo de celebrar e inspirar iniciativas autogestionárias e contribuir para fortalecer caminhos coletivos de enfrentamento às desigualdades, desde os territórios.

Em 2015, o PACS realizou a primeira edição do Curso Autogestão, evento que foi um marco. De lá para cá, o Processo Formativo do Autogestão já possibilitou a criação e o fortalecimento de diversas outras iniciativas – dentre elas, o Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD) e o Coletivo Autogestão, que reúne movimentos sociais, organizações, coletivos, redes e articulações com atuação nacional e territorial, presentes em sete estados do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pará.

A publicação está dividida em quatro capítulos: os três primeiros “Autogestão e Território”, “Quem são os sujeitos da Autogestão?” e “Metodologia autogestionária”, foram escritos por Aline Lima, Mayã Martins e Yasmin Bitencourt; e o último “Tarefa-amor: palavras vivas dos territórios em luta”, por Yane Mendes e Joviano Mayer.

Para o PACS, a autogestão consiste em uma metodologia de ação política e social que fomenta e promove autonomia nos territórios. Mais do que um conceito, a autogestão é um instrumento político que busca transformar relações de produção, cuidado e gestão em espaços coletivos e horizontais. Articula-se com perspectivas como o bem-viver e o feminismo comunitário, inspiradas nas cosmovisões dos povos indígenas latino-americanos e africanos.

A publicação está disponível na Biblioteca Berta Cáceres e na biblioteca do PPAD.

Marcha Nacional das Mulheres Negras

PACS e organizações parceiras na COP30

Encontro da Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos

1° Pré ERAM das mulheres

2° Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)

Encuentro Cambiando Narrativas para Financiar Futuros Feministas

PERSPECTIVAS PARA 2026

6. PERSPECTIVAS PARA 2026

No ano de 2025, enfrentamos muitos desafios, em especial os que estão relacionados ao nosso fortalecimento institucional. Mesmo assim, a equipe do PACS esteve presente em mais de 250 ativdades, ao lado de mais de 50 organizações parceiras. Ao longo do ano, conseguimos lidar com a diminuição de recursos a partir do constante estudo de nossas atividades frente à nossa estratégia política e pela intensificação do processo de captação de recursos. Ambos os esforços seguirão em curso em 2026. Entendemos que obtivemos sucesso nos esforços de 2025, mas ainda necessitamos avançar em garantias institucionais.

Nesse ano teremos as eleições para presidente, governadores/as, senadores/as e deputados/as. O contexto de um ano eleitoral já apresenta grandes desafios, ainda mais quando vivemos um momento ainda muito grave em relação ao avanço de setores fascistas no cenário político. Nos territórios com os quais trabalhamos, o impacto desse período, junto às disputas em torno de nossas pautas prioritárias, causam sobrecargas das lideranças e pontos de atenção a serem considerados em nossa atuação. Desde nosso planejamento, consideramos os desafios e as possibilidades diante das mobilizações de um período eleitoral.

No campo das ações junto aos territórios, redes e organizações parceiras, destacamos algumas frentes importantes para o ano de 2026: a continuidade e fortalecimento da Caravana Contra os Racismos Religiosos; as ações junto à Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos; e as ações de incidência internacional que visam a responsabilização de empresas.

Neste novo ciclo, o PACS vai continuar denunciando injustiças e violações e anunciando iniciativas e estratégias de resistência, que colocam a vida acima do lucro e oferecem alternativas concretas para construir coletivamente o mundo com o qual sonhamos.

O PACS seguirá atuando de forma estratégica, em defesa da democracia e da justiça de gênero, racial, econômica, climática e socioambiental, articulando pesquisa crítica, educação popular, comunicação e incidência, para fortalecer relações emancipadoras, práticas autogestionárias e projetos políticos que possam transformar a realidade em que vivemos. Dessa forma, a organização reforça seu compromisso histórico com os movimentos sociais e populares enraizados nos territórios.

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Av. Henrique Valadares, 23, sl. 504 – Centro, Rio de Janeiro, RJ
CEP 20231-030 | Tel.: +55 21 2210-2124
contato@pacs.org.br